

# IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



## **A cartografia elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo no início do Século XX: o componente norte americano do debate científico entre Orville Derby e os intelectuais paulista de então.**

Luiz Augusto Maia Costa - laugustomc@pop.com.br ;

Cartografia,São Paulo,Orville Derby,planejamento territorial,norteamericanos

Fundada em 1886, no âmbito da então Província de São Paulo, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo tinha entre seus objetivos a organização de “cartas gerais temáticas”, as quais deveriam conter as informações básicas e indispensáveis à ação do poder público tanto quanto à gestão como sobre a ocupação de seu território, ambas em uma perspectiva capitalista. Tal objetivo deveria ser alcançado, ao mesmo tempo, com alta eficiência científica e baixos custos, de tal maneira que viabilizasse os intuítos últimos da burguesia cafeeira de então que se encontrava em franca ascensão.

Uma vez que, no período em tela, os mesmos homens que ocupavam cargos na administração pública, eram também os principais homens de negócios a atuar no estado, podemos afirmar, de forma indireta, que as referidas “Cartas temáticas” davam também subsídios à iniciativa privada na organização de seus intuítos, isso é, na expansão e diversificação de suas atividades produtivas, isto é, no aprofundamento da dinâmica capitalista que a elite paulista então engendrava.

É nesse contexto que podemos afirmar que a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo constituía-se em um instrumento de projeção. Sendo a mesma ligada Superintendência de Obras Públicas, a qual por sua vez estava no interior da Secretaria de Agricultura, e Obras Públicas do Estado de São Paulo, concluímos que essa última seria o locus propriamente dito do planejamento do estado.

Consequência imediata disto é que tais cartas, ao sintetizarem os detalhados levantamentos das riquezas minerais do solo do território paulista, dos dados geográficos, topográfico, dos recursos hídricos, bem como o levantamento da ocupação humana destes, davam os dados indispensáveis para o planejamento estratégico e físico do estado. De fato, de posse destas cartas e atrelando-as aos detalhados Relatórios que as acompanhava, foi possível a essa elite realizar o reconhecer, a apropriação, o zoneamento e a infraestruturação do território;

# IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



expandir as lavouras segundo as características e potencialidades do solo e especulá-lo decidindo que terras deveriam ou não ser posta no mercado. Tais dados influenciavam tanto a ocupação do solo rural como do solo urbano.

No bojo disso tudo, criava-se, na estrutura do Estado, um órgão de produção e difusão de conhecimento. A envergadura intelectual deste órgão, bem como dos técnicos que o compunha, ultrapassou o âmbito estadual, repercutindo internacionalmente. Basta lembrar que o Primeiro diretor da Comissão em pauta, o geógrafo norte americano Orville Derby, é considerado o pai da geologia no Brasil, e que não foi poucos os prêmios que recebeu devido aos trabalhos que publicou a partir das pesquisas aí desenvolvidas.

Foi sob a administração de Derby e coordenado pelo engenheiro Theodoro Sampaio que, logo de imediato, deu-se início à elaboração das mencionadas cartas temáticas. A despeito da alta qualidade técnica e científica das mesmas, Derby e a Comissão foram alvos de duras críticas por parte do meio acadêmico – científico paulistano de então, tanto quanto ao método empregado no levantamento, como quanto à própria confecção das mesmas.

Partindo destes dados, o presente trabalho busca esclarecer o contexto social e científico em que as referidas cartas se inseriam. Focaremos nossa atenção sob o método e a base teórica, de origem norte americana, empregada na produção das mesmas. Para tal, nos centraremos no debate científico travado entre Derby e o meio intelectual paulistano de então, acerca das referidas cartas. Com isso, buscaremos apontar para a relação entre a cartografia então produzida e o planejamento territorial então empreendido pelo Estado paulista, por um lado, e por outro, evidenciar o componente norte americano existente na produção social do espaço construído do então estado de São Paulo.

Para a efetivação deste artigo nos basearemos em dois tipos de fontes primárias, a primeira são as próprias cartas elaboradas; e a segunda é um pequeno livro de treze páginas, publicado em 1901, escrito pelo geógrafo norte americano intitulado Resposta de Orville A. Derby a uma crítica à referida Comissão. No mencionado texto está exposto detalhadamente o método empregado para a elaboração das Cartas Temáticas, suas bases teóricas – conceituais, bem como os livros, manuais e autores que apoiaram intelectualmente a confecção das mesmas manuais e autores que apoiaram intelectualmente a confecção das mesmas, constituindo-se assim em uma rica fonte de pesquisa.